



GT 31. Economias indígenas e quilombolas e as trocas generalizadas

Coordenador(es):

Amanda Cristina Danaga (UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul)

Lígia Rodrigues de Almeida (FUNAI)

Sessão 1

Debatedor/a: Flávio Rodrigo Freire Ferreira (IFRN - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte)

A proposta do GT é criar um fórum de interlocuções com pesquisadores que investigam as diversas formas de organizações econômicas de populações indígenas e quilombolas, operacionalizadas para garantir a sobrevivência física e cultural dentro de um Estado capitalista. Com a expansão colonial europeia na América e especificamente no Brasil, indígenas e, posteriormente comunidades quilombolas, sofreram com as intervenções advindas dos avanços da economia capitalista de mercado de maneiras bem diversificadas. Na região amazônica, por exemplo, durante o século XVIII, o regime de regatão prevaleceu e, no século XIX até os dias atuais, o sistema de aviamento tornou-se operante. Esses dois formatos de relações econômicas foram os propulsores dos intercâmbios comerciais entre indígenas e não indígenas em boa parte das terras baixas da América, estabelecendo uma relação assimétrica entre patrões-fregueses, posseiros e meeiros. No nordeste brasileiro e outras regiões da América, o ajuri (mutirões comunitários), a mita, o meeiro, as trocas recíprocas e generalizadas vinculadas às práticas “tradicionais” de produção, modalidades econômicas manejadas por indígenas e quilombolas que fomentam o sustento necessário para a sobrevivência. No contexto de inserção em diversos formatos econômicos e de trocas generalizadas, o GT visa dialogar e refletir sobre as situações econômicas e as peculiaridades aludidas por indígenas e quilombolas e suas intersecções com os Estados e a economia capitalista.

A beleza de um cavalo: anabolizantes de uso veterinário, comportamento e geração por atletas de fisiculturismo.

Autoria: Gabriel Salgado Ribeiro de Sá (UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora)

Discute-se a experimentação humana, para fins estéticos, de duas classes de andrógenos (anabolizantes) normalmente utilizados para fins veterinários: Acetato de Trembolona e Undecilenato de Boldenona. Através de diálogos com atletas de fisiculturismo, são priorizadas as relações entre o corpo permeável e o ambiente, de modo que as distinções entre substância material e experiência imaterial se tornam borradas. Por este ângulo, analisaremos o ponto de vista dos atores frente a sua experimentação, de tal modo que as substâncias ganhem papel determinante tanto na construção de si próprio (biologicamente) quanto culturalmente (sua identidade). Analisaremos como essas pessoas vivenciam o uso de substâncias, no qual, as consequências podem ser permanentes ou não: desde a mudança da estrutura facial, quanto ao estabelecimento de uma masculinidade descrita como de agressividade, impulsividade, de ansiedade e depressão. Metodologicamente seguiremos uma etnografia Person-centered onde analisaremos as trajetórias de experimentações farmacológicas de atores selecionados, observando o impacto do uso de substâncias consideradas pelos próprios como neurotóxicas e como acarretam modos de conduta desviantes. Verificaremos o impacto desta construção do próprio físico, da masculinidade, e nas relações familiares que podem ser afetadas em maior ou menor grau pela utilização. Por fim, de modo secundário a este primeiro debate analisaremos um tipo particular de medo geracional: se as substâncias acarretam mudanças



biológicas, seriam passíveis de serem perpassadas epigeneticamente? Quais seriam as possíveis consequências pelo ponto de vista dos próprios? Reflexiona-se então a maneira pela qual o conhecimento epigenético está se tornando um fenômeno social e seus possíveis impactos para o consumo de drogas, de modo que os malefícios do uso de substâncias tóxicas começam a ser imaginados geracionalmente.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: